

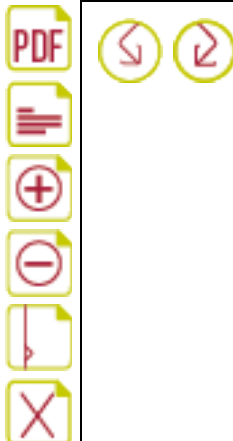
Pode Portugal viver sem as colónias ? ...sem os subsídios ? [autre]

 **João Martins Pereira**

Lusotopie / Année 1996 / 3 / pp. 461-464

Fait partie d'un numéro thématique : L'oppression paternaliste au Brésil

Référence bibliographique



PODE PORTUGAL VIVER SEM AS COLONIAS ? ... SEM OS SUBSIDIOS ?

Nos últimos anos, políticos e comentadores varios têm vindo a alinhar argumentos a favor e contra a chamada "regionalização". Uns e outros (argumentos) usados alias em momentos diferentes pelas mesmas peêsoas, conforme iam mudando as conveniências partidárias e eleitorais. A sua maneira de "jogo caseiro", era tu do claro coma água. Pois é bem provavel que as coisas venham a mudar : vozes vindas de Bruxelas dao a entender que uma "adequada" regionalização podera ser condição para, depois de 1999, maximizar a captação de subsidios comunitários. Por outras palavras, os critérios a adoptar para o "desenho" das regiões poderão, em definitivo, não ter que ver com qualquer lógica de potenciais de desenvolvimento, geografia económica, correcção de desigualdades regionais ou com o interesse das populações. Picarão simplesmente condicionados à "lógica dos subsidios". Ninguém se teria lembrado desta, mas, no fim de contas, não surpreende assim tanto : desde 1986 a mesma "lógica dos subsidios" tem vindo justamente a determinar só por si decisóes sem conta, a todos os niveis, em todas as áreas de actividade e em todos os cantos do país.

Tudo começou com o famoso Fundo social europeu. Se~do um ministro do actual governo, em entrevis ta recente: "Em 1984 gastavamos 4 milhões de contos em formação profissional. Depois, em 1986 e 1987, passamos a ~astar 100 milhões. A máquina de formação profissional nunca em algum pals deu saltos desta ordem - a não ser metendo dinheiro no bolso das pessoas". O que foi feito. Multiplicaram-se organismos, empresas, "agentes" de formação, monitores, feitos à pressa, com o fim primordial de "absorver subsidios", muito mais do que fazer lormação Cie alguma qualidade e utilidade. Muitos formandos, sobretudo jovens ainda sem emprego, eram incitados por subsidios a fazer cursos sucessivos, fosse do que fosse, ajudando por acréscimo a "compôr" os numeros do desemprego. O que por esse país se criou de "departamentos de formação" em qualquer gabinete ou associação de vão de escada; o que se construiu de "salas de formação", tantas vezes para cursos-fantasma e formandos-fantasma; as contas de empresas (e de instituições) que se equilibraram à custa do FSE; os muitos milhares de contabilistas e de "técnicos de informática" (cursos baratos ...) formados em poucas semanas, que saíram em continuas fornadas e ~ue, bem aproveitadinhos, teriam dado para "contabilizar e informatizar" todas as empresas, serviços e agregados familiares até ao próximo século - tudo isto



e muito mais ficara par saber ao certo, como vão ficando no tinteiro os "grandes escândalos" de julgamento eternamente adiado, até os esquecermos de vez.

PARA FAZER E PARA NÃO FAZER

Tomado o gosto e despertada a imaginação, foi só aguardar pelo grande mana dos Quadros comunitarios de apoio (1º e 2º) que desde 1988 traduziram prosaicamente em écus a apregoada "solidariedade" dos outros Estados-membros para com o parceiro mais atrasado. Metade ou mais do bolo total de 5 000 milhões de contos, só contado o dinheiro europeu entre 1988 e 1999, já foi distribuído meticulosamente por "tudo o que mexe" (e vota, se possível) e para "tudo o que se veja" (e inaugure), de Norte a Sul do país: da auto-estrada ao chafariz, da multinacional à mais infima das empresas, do laboratório de investigação ao mini-mercado, da formação à agricultura, do saneamento à aldeia turística, da associação empresarial ao centro paroquial, do sindicato à câmara municipal. A corrida ao subsídio tomou-se o desporto mais praticado e seguramente o mais gratificante - não para a saúde, mas para o bolso. Só há que estar no lugar certo, no momento certo, com o projecto certo, e de preferência com o "padrinho" certo.

Recebe-se para fazer, para não fazer, até para deitar fora se for essa a "racionalidade" de qualquer prática comunitária. Vale tudo, desde que esteja previsto em algum das centenas e centenas de decretos e despachos que convém saber de cor ou ter à mão quem saiba. "Veja-me aí para que é que existem apoios, para eu inventar um projecto que me dê acesso a eles" é uma frase ouvida com frequência a empresarios, sendo outra actual ministra, em conferência feita antes de o ser. E ainda esta recordado um secretário de Estado laranja que ao ouvir queixas de um autarca quanto ao financiamento de alguns projectos lhe respondeu: "Deixem-se disso, vocês têm é de especializar-se em projectos que se possam candidatar aos fundos europeus".

O que isto terá significado de inevitável promiscuidade entre funções político-administrativas, funções partidárias e funções de "agência" de subsídios é coisa cuja exacta dimensão escapa ao comum dos cidadãos, mas de que em cada terra se conhecem e se contam intermináveis exemplos. Como se conhece uma razoável colecção de mamarrachos pseudo-modernistas, de volumes desmedidos e abundante mármore, todos com nome de "Instituto" ou "Centro" de qualquer coisa, alguns dos quais talvez não venham a servir para muito mais do que já serviram: captar subsídios, dar uma falsa ilusão de desenvolvimento, promover a imagem (e a carreira política) de uns quantos. A não ser que venham um dia a servir para algo a que não se destinavam, o que já não será mau de todo.

EFEITOS PERVERSOS

Dito isto, convém não esquecer que um "subsídio" (em sentido lato: pode não ser dinheiro sonante, mas a prestação de um serviço gratuito ou abaixo do custo) esta longe de ser um mal em si, muito pelo contrario. Trata-se, em casos que todos conhecemos, da manifestação de uma vontade de redistribuição de rendimentos no seio de uma colectividade: sejam os sistemas nacionais de segurança social ou de educação pública, seja, na pequena escala do esforço cooperativo, uma associação de socorros mútuos.

Trata-se, noutros casos, de criar condições para que se desenvolvam actividades socialmente úteis (p. ex. culturais) que o mercado ignoraria por não-lucrativas. Ainda que mal escondendo um paternalismo sobranceiro, o princípio em que se funda o apoio financeiro de Bruxelas a Portugal tem, alias, que ver com coisas destas : solidariedade Zredistribuição, des envolvimento em dominios e regiões que "não irão lá" pela simples acção das forças do mercado. E é óbvio que, com mais ou menos interesses obscuros pelo meio, muito projecto e muita iniciativa positivos se concretizaram ao longo destes anos.

Não se pœ, portanto, a questão da existência ou não de subsídios ou serviços subsidiados. Mas terá de pôr-se, isso sim (entre outros aspectos que ficarão para outra altura), a do modo como a sua penetração no organismo colectivo pode estar a desencadear efeitos socialmente perversos, constituindo uma novidade histórica inde seável. De facto, quando acima se disse que os subsídios chegavam a "tudo o que mexe" isso não quer dizer que cada cidadão tenha individualmente recebido dinheiro, o que seria absurdo. Mas significa que um numero muito considerável de cidadãos foi, de algum modo, afectado pela distribuição e teve consequência disso. A ministra já citada di-lo deste modo: "Poucas empresas, instituições ou indivíduos conseguem sobreviver fora da teia de obediência/ compromisso criada em tomo dos fundos". O que até nem é exacto, já que o mais grave da questão é que a maioria certamente sobreviveriam (como até 1986), mas hoje estão convencidos de que o não conseguiriam. E mais: esse sentimento estende-se a uma legião de não-candidatos directos, mas cuja vida depende da concessão ou não de subsídios a terceiros. Referimo-nos ao que se pode designar como uma "cadeia de expectativas" (ou de ansiedades), de que são meros exemplos : o jovem tecnico que espera ter trabalho num gabinete que espera vir a fazer um projecto para uma obra cujo proprietário espera iniciar quando lhe for aprovado um subsidio ; ou os operários já de idade madura que esperam não ser despedidos se vier a tempo o subsidio que o patrão espera obter para efectuar um investimento.

"PORTUGAL PODE VIVER SEM SUBSIDIOS ?"

Esta nisso a tal novidade histórica. [ã se sabe que Portugal enquanto "classes dirigentes", enquanto "finanças públicas", enquanto "balança de pagamentos" ou "macro-economia", ha muitos séculos que vive de recursos alheios, des de os tempos das especiarias e das riquezas orientais, passando pelo açúcar ou o ouro brasileiros até aos investimentos estrangeiros e às remessas dos emigrantes. E sabe-se também até que ponto se gerou (e agravou no meio século de ditadura) entre a classe empresarial a noção de que o Estado é o garante dos seus lucros e dos seus privilégios. Mas só hoje esse sentimento de dependência "desceu" até à consciência individual ao)?,ontode condicionar decisões, iniciativas ou oportunidades a uma brumosa lógica comunitária", a uma distante "burocracia intemacional", sobre as quais se sente não ter a menor capacidade de intervenção. Numa sociedade com as carências da portuguesa, a losica do subsidio vai, de resto, prevalecer sobre qualquer vontade de participação ou de contestação - o que conduz a um grau lastimoso de democracia.

Em Julho de 1974 foi publicado um opúsculo com depoimentos vários (dois actuais membros do governo estavam no lote) sobre a questão "Pode Portugal viver sem as colónias ?". Todos achavam que sim senhor, que a



liberdade, o esforço colectivo, o engenho e os recursos nacionais, etc., etc., chegariam para gerar o desenvolvimento por que ha muito ansiavamos. Hoje cada vez mais se vê na imprensa interrogações sobre "O que ira ser de Portugal se um dia acabam os subsidios?". É a resposta é quase sempre : "mas quem .que disse que eles vão acabar ?" - o que equivale a dizer que, de outro modo, seria o 'desastre". Alguma coisa se perd eu pelo caminho neste vinte anos ...

Fevereiro de 1996

João MARTINS PEREIRA

Lisboa

[Le titre de l'article est de la rédaction. Lusotopie remercie le mensuel portugais C om b a te et folio Martins Pereira pour l'autorisation de republication de cet article, pour la première fois paru sous le titre "Portugal na era dos subsidiãos", dans le n° 195, février 1996, pp. 18-191.

